

CONSTRUINDO UMA NAÇÃO REPUBLICANA: MARAPANIM E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 – 1901) ¹

TIAGO BARROS FERREIRA*

1- INTRODUÇÃO

Fruto de um Golpe de Estado (CASTRO, 2000), a implantação da República no Brasil não contou com a participação popular. E nesse sentido, o Governo Provisório, situado no Rio de Janeiro, começou a luta para angariar e garantir simpatias junto à população, que deveria sentir-se parte integrante do novo regime. O que certamente era uma forma de assegurar a legitimidade da nova ordem política estabelecida em 15 de novembro de 1889. Para tanto, não mediram esforços, nem meios, como, por exemplo, o uso de símbolos na manipulação do imaginário social propagados, sobretudo, através dos jornais, principal meio de comunicação da época. Pois os periódicos, além dos grandes centros, atingiam os interiores do país, como a então vila de Marapanim, localizada no chamado Salgado Paraense². Cabe lembrar que, em contrapartida, estas folhas sediadas na capital publicavam notas referentes a estas localidades.

Marapanim constituiu-se em um palco do teatro republicano, montado pelas elites políticas detentoras do poder, durante os primeiros anos da República. Teatro, onde ocorriam desfiles cívicos em datas celebres dentro do calendário republicano, como o “15 de Novembro” e o “14 de julho”. Em tais ocasiões, eram evocadas à memória de personagens ligadas ao novo regime. Pois era necessário forjar uma identidade nacional a partir da perspectiva republicana. Além disso, mandaram erigir monumentos carregados de símbolos. Simbologias que não eram escolhidos aleatoriamente, ainda que muitos fossem oriundos do regime decaído. Vale lembrar ainda, que os textos científicos também foram usados na propaganda republicana. Acerca dessa prática empregada pelos republicanos, sobretudo os de matriz positivista³, comenta José Murilo de Carvalho, que “A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 2007: 9).

A partir do contato com fontes históricas referentes a Marapanim, como os jornais, monumentos históricos (BLOCH, 2006), e outros, propomos inicialmente perceber e analisar:

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - Universidade Federal do Pará (UFPA).

Quem eram tais sujeitos políticos que atuavam nesse cenário implantado com a República. O que eles almejavam com as disputas políticas. Se seus intuitos foram alcançados, e quais as justificativas para a construção de um aparato que reunia vários elementos simbólicos. E conseqüentemente qual a posição das massas, pois elas integravam conscientes, ou não, esse teatro. Estas são algumas questões levantadas que nos ajudarão nesta pesquisa histórica.

Todavia, para pôr seus planos em prática, os membros do governo provisório, no Pará, tiveram que travar acirrada disputa com políticos recém-convertidos ao republicanismo, que pretendiam manter-se na arena política após a queda do regime monárquico. Estes sujeitos, muitos dos quais alijados inicialmente do poder, e cientes da nova configuração política, “(...) se organizaram em partidos políticos nos quais se concentravam jornalistas competentes (...) e intelectuais, que divulgavam suas propostas políticas (...)”, (JANOTTI, 1989:240). O que se tornava um agravante contumaz contra a organização de uma vida social e política, assim como contra a construção do imaginário propagado inicialmente pelos governistas, imbuídos, quase sempre, pela filosofia positivista. Isso porque, apesar de todo o empenho, as batalhas para ganhar a simpatia do povo nem sempre condiziam com as expectativas de seus mentores.

2- DO RIO AO SALGADO: MARAPANIM E O PROCESSO DE PROPAGANDA E ADESÃO À CAUSA REPUBLICANA.

No Pará, a propaganda em favor do novo regime, não se deu de modo tão diverso ao ocorrido no Rio de Janeiro, outrora Corte Imperial, e recém-transvertida em capital da República. Nesse sentido, a atuação desenvolvida pelo Club Republicano Paraense, fundado em Belém, em 16 de abril de 1886, muito contribuiu para propagar as ideias republicanas junto à população. Principalmente através do jornal “A República⁴,” no qual informava sobre os principais acontecimentos políticos ocorridos não só na cidade de Belém, como nos interiores. Pois, além da Capital paraense, existiam diretórios locais do Club em Breves, (A REPÚBLICA, 16/01/1887: 02), Cametá (A REPÚBLICA, 24/02/1887: 03), Vigia e Bragança, (FARIAS, 2005), as duas últimas localidades situadas no Salgado Paraense.

Farias (2005) aduz que, mesmo em pequeno número, os republicanos do Pará não divulgavam seus ideais apenas através de textos escritos. Pois, como cientificistas influenciados pelo positivismo, propagavam os ideais republicanos por meio das iconografias

publicadas, geralmente em dias festivos, de acordo com o pressuposto comteano da época que defende a exaltação dos homens que praticaram “grandes feitos”, já que seriam condutores da Humanidade pelas virtudes cívicas conquistadas em vida. Preocupados em legitimar o poder republicano, complementavam seus textos escritos com as imagens que exaltavam o novo regime. Afinal, era preciso evidenciar a idade de ouro tão propagada, em que a humanidade se realizaria, e que seria alcançada através do novo regime. Relacionadas com a República, as imagens atingiam um grupo maior de pessoas, isto é, a camada iletrada da sociedade, o que apenas por meio do discurso eivado pelo cientificismo seria inviável, (CARVALHO, 2007).

Acerca da legitimação do novo governo junto à população paraense, Meira nota: “Houve quem lembrasse que haveria necessidade de essa Junta Governativa receber o apoio popular, através do juramento à Câmara Municipal de Belém” (MEIRA FILHO, 1981: 78). O juramento da Câmara de Belém, a mais importante por ser a da Capital, e de onde emanavam as determinações governamentais, possuía um poder simbólico, basilar para que as Câmaras do interior viessem a aderir. Afinal, Belém era o principal centro irradiador de cultura e ideias do norte do Brasil no final do século XIX e início do XX. A atuação da sociedade, nesse sentido, era vital para a empreitada republicana, tanto antes e principalmente depois da proclamação. Sobre essa articulação entre o governo e o povo, Siqueira comenta que era importante assegurar a legitimidade do regime e “(...) cumprir a promessa, isto é, encarnar a ideia de República, significava a construção de um novo Estado e sua articulação com a *polis* e a *demos*, ou seja, a reorganização do espaço público (...)”, (SIQUEIRA, 1989: 163).

Decretado o novo regime, era necessário intensificar seu processo de consolidação por meio da propaganda, que objetiva angariar um maior número de adesões. Afinal de contas, o trabalho de divulgação do republicanismo não terminara. Muito pelo contrário, se tornava ainda mais complexo. E nesse sentido os jornais em muito contribuíram, pois as notícias também poderiam ser repassadas, por meio de conversas, a um número maior de pessoas, ainda que em muitos casos chegassem de maneira distorcida.

Comissões pleiteando adesões foram enviadas às várias localidades do imenso território paraense, muitas das quais chefiadas pelos chamados “republicanos históricos⁵”. Porém, a escolha de tais sujeitos pelo Governo Provisório, para integrar as ditas Comissões,

não deve ser pensada de outro modo, do que o de servirem como elemento facilitador dentro do programa de adesões à República. O que é visivelmente perceptível em relação à composição das comissões destinadas ao Salgado Paraense que ficaram a cargo dos históricos, Gonçalo de Lima Ferreira e Bartholomeu da C. Ferreira; este marapaniense, e aquele natural de Curuçá. Como aludido anteriormente, as escolhas não foram aleatórias, uma vez que, estes eram indivíduos já conhecidos, e com afinidades, inclusive familiares, com as principais autoridades políticas que compunham esse cenário tão cheio de ambições políticas, sobretudo as individuais. Porém, essa prática no Brasil não nasceu com a República, pois a mesma fora usada como um importante recurso por Dom Pedro I, ao iniciar seu reinado, (SOUZA, 1999).

Ainda que investidos de tais requisitos num primeiro momento, em muitos casos, as Comissões enviadas ao Salgado não obtiveram êxito em sua empreitada política, sobretudo as que ficaram a cargo de G. Ferreira. A vila de São Caetano, por exemplo, fez sua adesão em 26 de novembro de 1889, através do cidadão Domingos das Chagas, ex-membro da Câmara que fora extinta, talvez dias antes, isso porque “não tendo os vereadores (...) se resolvido a fazer a adesão ao novo regime, tomou a iniciativa desse ato o cidadão Domingos Ramos Ferreira das Chagas, antigo vereador, numa sessão popular, sob sua presidência (...)” (CRUZ, 1916). Além de S. Caetano, a vila de Curuçá também não aderiu de imediato à República. O que fez somente em 20 de fevereiro de 1890, sob a presidência do capitão Horácio Barbosa de Lima (A REPÚBLICA, 27/02/1890: 02), ou seja, mais de três meses após os sucessos ocorridos no Rio de Janeiro. Anterior à adesão da Câmara de Curuçá, foi a de Horácio Barbosa, assim como a criação do diretório local do Partido Republicano Paraense-PRP, em 11 de fevereiro desse mesmo ano. Sendo o ato realizado na Câmara local, e “(...) reuniu um grande numero de cidadãos (...)”, (A REPÚBLICA, 25/03/1890: 01).

A não adesão imediata das Câmaras dessas duas vilas da região do Salgado Paraense demonstra que a implantação do regime republicano no Brasil, não foi algo que partiu da cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, e foi de imediato aceito em todo o território brasileiro. Houve resistência e contestação em muitas regiões. Nesse sentido, o historiador Celso Castro, em suas pesquisas acerca da implantação e consolidação do regime republicano no Brasil, destaca, entre outros, que em Desterro, atual Florianópolis, um

batalhão se sublevou dando vivas à monarquia, assim como um pequeno destacamento de soldados no Mato Grosso, que recebera o comunicado sobre a proclamação da República apenas no dia 20 de dezembro, declararam não aderirem à nova forma de governo, dando inclusive morras à República e Vivas à Monarquia (CASTRO, 2000: 78).

Ao contrário de Gonçalo Ferreira, seu primo Bartholomeu Ferreira teve mais sucesso em sua jornada pelas localidades que ficaram sob sua responsabilidade. As Câmaras de Salinas e Bragança, ao aderirem à causa republicana, ofereceram animados bailes aos membros da dita Comissão, que fora, “em todo o círculo eleitoral, (...), recebida com extraordinário entusiasmo e delirantes aclamações, (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 12/12/1889: 01)”, pois, “no segundo círculo, que compreende as povoações do Salgado, está, portanto, consolidado o systema, pela unânime adesão dos povos”, (IDEM). Além das notas comunicando as adesões das Câmaras locais, foram emitidas também algumas em apoio à pessoa de Bartholomeu Ferreira, na qualidade de representante da nova situação política que acabara de assumir as rédeas do governo paraense. Como, por exemplo, a emitida pelos “(...) eleitores, proprietários, comerciantes, artistas, agricultores, residentes em Salinas, (...), (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 05/12/1889: 02)” na qual saudavam, “(...) a República, que sob a legenda – Ordem e Progresso -, illumina com civismo esta Pátria que estremecemos, saúdo também ao patriótico Clube Republicano do Pará pelo modo brilhante como que, no glorioso momento a synthese da união nacional”. E concluía dando “Viva os Estados-Unidos do Brazil, Viva o estado confederado do Pará, Viva a república Federal do Brazil” (IDEM).

Telegramas, notas de apoio, cartas, como os aludidos, foram largamente divulgados na imprensa. Isso porque, a imprensa escrita constituiu, no final do século XIX e início do XX, uma das mais importantes formas de atrair, formar opinião e conquistar novos adeptos para a causa pleiteada tanto nas grandes cidades, quanto nos interiores em momentos tão delicados, como o vivido naquele período da política nacional, como aduz Marialva Barbosa ao tratar da importância deste meio de comunicação no Rio de Janeiro nos anos iniciais do novo regime. Ainda que muitos se declarassem neutros em matéria de política (BARBOSA, 2000).

Sabedor do poder dos jornais, o próprio B. Ferreira assina uma carta, uma das fontes históricas mais significativas para pensarmos o processo de adesão ao regime republicano no

Pará. Rica em detalhes, esta nota jornalística nos conta como ocorreu a sessão de adesão da câmara de Marapanim, no dia 19 de novembro de 1889. Porém devemos atentar ao fato de que a narrativa é concebida a partir de sua própria perspectiva, ou seja, da de Ferreira enquanto membro da nova situação política, pois como articulista político, e por isso sabedor do poder das palavras, pretendia a todo custo demonstrar seus sucessos, ao maior número de pessoas, autoridades ou gente do povo. A carta inicia, almejando dar amplitude do sentimento do próprio autor perante o ato; algo que soa como garantia da veracidade das informações prestadas. “E sob a impressão de uma grande festa de liberdade, como nunca dantes vista n’esta Villa, que escrevo estas linhas” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 20/11/1889: 01). E segue:

Hontem, a` s 4 horas da tarde, ocorreu a notícia da proclamação da Republica no Brasil.

A’ s 5 horas do mesmo dia, confirmada a notícia por cartão ao cidadão Diniz Botelho, o povo marapaniense esquecendo as velhas usanças plantadas pelos velhos partidos monarchicos, os ódios, fraticidas em que se degladiavam , no regime decahido, uniu-se no mais fraternal amplexo para festejar o enorme feito patriótico. O contentamento é indiscriptivel. A mesma edéa, o mesmo sentimento arrastavam a massa do povo, que parecia vêr no advento da nova era o progresso, a honra e a gloria da pátria.

Viva a Republica! – foi o grito animado, sincero e expressivo, partindo de todos os ângulos d’ esta Villa.

No mesmo dia, às 7 e ½ horas da noite no salão do paço municipal , houve acto solene de adesão, no meio de estrondosa aclamação , de vivas entusiasticos , ao som predominante da Marselhesa. Foi lavrada a acta pela municipalidade. Muitos cidadãos pronunciaram discursos animadores, de adhesão a grande causa que se vencia (...). Marapanim, 20 de novembro de 1889. B. Ferreira “(...)”, (IDEM).

Evocada na maioria das notas publicadas na imprensa, como podemos perceber, assim como nos documentos oficiais, a participação da população deveria ser sempre evidenciada, pois era de vital importância para a construção do projeto de nação pretendido pelo governo republicano, liderado inicialmente pelos republicanos históricos, com o apoio de alguns adesistas, como Diniz Botelho, líder da política local, que tem seu título de tenente-coronel da Guarda Nacional suprimido, em detrimento do de cidadão. Ou seja, mesmo sendo um membro importante do jogo político, o que naquele momento importava era ser um cidadão/membro da “nascente” nação brasileira, ou melhor, do Brasil republicano. Dessa forma, tenta-se imprimir, que o “contentamento” das elites ao saberem ou participarem desse momento, era o mesmo sentimento que arrastavam a massa do povo, que parecia ver no advento da nova era o progresso, a honra e a glória da nascente pátria brasileira. Pátria que

deveria igualar e integrar a todos, mesmo que outrora tivessem estado de lados opostos no regime decaído.

Era exatamente essa noção de aderência à causa republicana, bem ao contrário dos “bestializados” de Aristides Lobo (CARVALHO; 2008), que deveria ser repassada e divulgada à população de outras localidades. Ainda que nem todos os presentes participassem desses eventos como protagonistas, pois muitos poderiam estar ali como simples expectadores que assistiam a mais uma reunião política. Logo essa participação do povo que saiu às ruas ao som predominante da Marselha, deveria ser citada, afinal de contas todos eram brasileiros que “pareciam ver, no advento da nova era, o progresso, a honra e a glória da pátria”. Pois ao pregar de modo positivo o regime republicano, em relação ao monárquico, tentava-se imprimir a sensação de que este último regime político era o causador dos males que assolam o país. Dessa forma, a República, segundo os republicanos, “tão esperada pelo povo” cessaria com “todos os vícios do regime decaído,” soerguendo assim a Nação brasileira.

Cabe lembrar que a carta de B. Ferreira fora escrita para ser um veículo favorável à propaganda da causa republicana, em um dos momentos mais dedicados da implantação do novo regime no Brasil; e, por isso, ela, ainda que num primeiro momento, nos leva a crer, que ao contrário do ocorrido nas vilas de São Caetano e Curuçá, o processo de adesão de Marapanim além de tão rápido quando comparado àquelas, ocorreu sem transtornos, e aceito por todos, como propagou o telegrama enviado de Bragança. Porém, lendo-a com atenção, encontramos este significativo trecho em suas derradeiras linhas, no qual consta que “(...) Nenhuma nota dissonante pôde quebrar a harmonia d’esta festa, que, com a nossa glória, eternizará a página de ouro de nossa pátria”, (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 20/11/1889: 01). Algo que pode passar despercebido aos olhos dos desconhecedores daquele momento político, e, é claro, de suas nuances. Tal trecho mitigado pelos olhos de nossa testemunha ocular, que a todo custo tencionava intuir na “mente e no coração” de seus leitores a imagem de que a República seria o elemento agregador que uniu todos os sujeitos políticos formadores da nação brasileira, quer seja pertencente à elite, quer pertencente às massas populares, constitui-se num forte indício que nos permite deduzir que nem todos se decidiram pela adesão. “As

notas dissonantes”, isto é, as insatisfações provocadas pelas disputas políticas em torno do poder de mando político, não tardaram a ser ouvidas através da imprensa.

Com o sugestivo título: “Desordens no Interior, autoridades policiaes dando vivas à monarchia,” o jornal “Diário de Notícias” tece, em seu editorial do dia 12 de janeiro de 1890, comentários acerca dos levantes ocorridos em várias localidades do Salgado, inclusive em Marapanim. Nele lemos que “A bandeira republicana foi rasgada, e as autoridades policiaes, à frente dos soldados de polícia, dão vivas à monarchia.” E alertava as autoridades que, “(...) por esses distúrbios se percebe o começo da conspiração urdida por aquelle que inventaram sedição militar para depor o Governador d’este Estado e conspiram abusando da longevidade do governo d’este Estado.” E em nome do povo o jornal cobra que sejam tomadas providências enérgicas por parte das autoridades, sobretudo do governador, pois, “(...) como intérprete do sentimento popular, queremos um governo forte (...)”, (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/01/1890: 02).

Mas, o que levou estes delegados a rasgarem “a bandeira republicana,” um dos símbolos instituídos pelos republicanos, que por si só passou a constituir um dos distintivos da nação brasileira? Talvez estes agentes políticos estivessem confiantes na restauração, ou possivelmente receosos de perder as posições e regalias advindas dos cargos públicos, e as benesses oferecidas pela monarquia, seriamente ameaçadas com a República. As duas respostas são plausíveis, porém a segunda opção ganha consistência em relação à primeira, ao identificarmos quem eram esses “delegados amotinados”. A título de exemplo, tomaremos o delegado de Marapanim, Manoel Narciso Lopes (O DEMOCRATA, 22/01/1890: 03).

No bojo dos acontecimentos vivenciados na política nacional, e mais precisamente em Marapanim, o apego às instituições monárquicas ou republicanas, possivelmente pouco ou de nada valiam, pois o que importava era manter-se no poder. Ou seja, ao rasgar a “bandeira republicana”, Narciso Lopes não se propunha a lutar contra o regime republicano em si, mas contra o grupo que compunha a base aliada do Governo Provisório, que de alguma forma ameaçava seus interesses particulares. Tanto é que o mesmo filia-se a um partido republicano, Partido Republicano Democrático-PRD. Como tal, torna-se um dos líderes da oposição, que tomam parte na “Revolta de 11 de Junho”, (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE

PROVÍNCIA, 1891: 26), fazendo do Salgado um dos palcos de intensas disputas políticas, que resultaram em prisões, inclusive na de Lopes, deportações e mortes; ocorrências largamente noticiadas nos jornais, inclusive da Capital Federal, (UM DEMOCRATA;1891: 185). A Revolta liderada pelo capoeira Francisco Xavier da Veiga Cabral, que juntamente com militantes do PRD, pretendia depor as autoridades constituídas e impedir a abertura da Assembleia Constituinte Estadual de 1891(FARIAS, 2005).

Vendo seus planos fracassarem com a Revolta, e querendo permanecer como uma peça atuante no tabuleiro político, Lopes deixa o PRD, e filia-se ao PRP. Sua escolha leva-o a ser eleito para a Intendência local em 1891, o que prova mais uma vez, que o regime político para ele pouco importava; como bem assinala Nazaré Sarges, em relação a Antonio Lemos, “(...) ‘astutamente’ o senador se comprometia, através das colunas de ‘A Província do Pará’, a aderir ao regime vitorioso sem deixar explícito qual seria esse regime” (SARGES, 2002: 46).

Certamente noticiar através dos jornais as muitas adesões conseguidas, e acima de tudo evidenciar o modo como elas ocorreriam em meio a festas, era uma forma de demonstrar que as batalhas em busca da legalidade do novo regime político junto à população estavam sendo conseguida com sucesso. Porém, somente isso não bastava, para evidenciar a comunhão pretendida pela elite política através de seu projeto em construir uma nação brasileira republicana. Era preciso o uso de símbolos mais latentes que deveriam conduzir e reforçar os símbolos nacionais já existentes aos olhos dos cidadãos; ainda que fossem simbologias mais amplas dentro do republicanismo.

3- O PODER DOS SÍMBOLOS E OS SÍMBOLOS DO PODER: A MANIPULAÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL PELAS ELITES POLÍTICAS.

A manipulação do imaginário social constituiu-se num ponto central após a Proclamação da República, dando-se principalmente através da tentativa de instituir novos símbolos para que os brasileiros se reconhecessem enquanto membros de uma nação. Nação que não mais era personificada na pessoa de um monarca, que exercia o poder não pela vontade da maioria da nação, mas por direitos hereditários, isso porque a nação, a partir daquele momento, pertencia a todos, e a república viria sacramentar essa nova percepção de comunhão nacional, pois, República, ou do latim *res publica*, literalmente quer dizer “bem de todos” (LAFFER,

1989: 214). Afinal de contas, o regime republicano no Brasil não fora instituído e consolidado somente pela força das armas. Os republicanos brasileiros, de tendência positivista e jacobinista, por exemplo, emprestaram diversos símbolos da Revolução Francesa, entre os quais a Marselhesa, o barrete frígio, e, sobretudo Marianne, a personificação da República.

Logo, símbolos instituídos no Império, e que ganharam força, principalmente durante a guerra contra o Paraguai, como a bandeira imperial, que acompanhavam as tropas no campo de batalha, ou encimava os mastros dos vasos de guerra, além, é claro, do próprio imperador, que era símbolo máximo da nação, deveriam desaparecer, ou em certos casos como o Hino Nacional, ceder espaço para símbolos, e datas que passariam a expressar a identidade nacional brasileira sob a égide da República. Afinal de contas, aduz Pierre Bourdieu, “(...) os diferentes grupos e frações de grupo estão envolvidos em uma luta propriamente simbólica para impor a definição do mundo social de acordo com seus interesses” (BOURDIEU, 2011). E na tentativa de imprimir seus interesses, o Governo Provisório tratou de incentivar tais práticas como podemos constatar no decreto 155-B de 14 de janeiro de 1890: “O Regime republicano se baseia no profundo sentimento de fraternidade universal, (...) num sistema de festas públicas, destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas (...)”, (OLIVEIRA, 1989: 180). Nessa perspectiva, a manipulação do imaginário, para os republicanos históricos no Pará, foi uma arma valiosa para justificar o novo regime, ampliar o número de seguidores e assim legitimar o poder.

Para legitimar o poder, nada melhor que “inventar tradições⁶.” Tradições que em muitos casos tem um marco cronológico bem definido, assim como personagens a elas ligadas, ou seja, algo que, ao menos teoricamente, deveria facilitar na tessitura da argamassa pensada para unir governantes e governados que de tempos em tempos se aproximavam nas ruas. Em relação a Marapanim, sua data de adesão à República serviu como elemento para sua inserção dentro das tradições propostas pelos agentes governistas, pois quando em junho de 1890 o então governador Justo Chermont visitou o antigo Paço da intendência local, na “(...) entrada lia-se a data – 19 de Novembro de 1889⁷,- que rememora gratamente o povo marapaniense, o dia immoredouro em que echoou, n’aquellas plagas o brado ingente e glorioso de 15 do mesmo mez (...)”, (A REPÚBLICA, 03/07/1890: 01). Porém, ainda que importante para a

construção da memória local, essa data não poderia apagar a aura de sacralidade construída em torno do “15 de Novembro”. Afinal de contas, comemorar o “15 de Novembro”, data magna para os republicanos, era irmanar-se com todos os brasileiros, pois a mesma constituía-se como marco inaugural de uma “nova era” para a Nação brasileira.

Em Marapanim, o primeiro aniversário da República brasileira “(...) acontece com a presença de todas as autoridades do lugar, de muitas famílias, dos membros dos clubs artísticos, e grande concurso de pessoas do povo (...) (A REPÚBLICA, 17/12/1890: 01)” em meio a uma grande procissão cívica carregada de simbolismo, ganhou os principais logradouros públicos; que inclusive tiveram seus nomes mudados para outros ligados ao novo regime brasileiro. Assim a Rua da “Boa Vista” ganhou o nome de “15 de Novembro,” a antiga Praça de “São Raymundo Nonato” tem seu nome alterado para homenagear o generalíssimo Deodoro da Fonseca, o proclamador (A REPÚBLICA, 21/05/1895: 01). Mudanças que certamente constituía-se em mais uma forma de reforçar a pedagogia republicana, pois nada mais condizente do que, em meio à (...) vivas a Deodoro da Fonseca, a Justo Chermont e a outros patriotas brasileiros (...) sair pelas ruas em procissão cívica, ou melhor, em “(...) esplendida passeata, iluminada a fogos combiantes, e a balãozinhos multicôres (...)”, (A REPÚBLICA, 17/12/1890: 01), em meio dos quais:

(...) Abriu-a um grande transparente de quatro faces, n’uma das quaes a figura d’uma mulher, cercada de raios doirados, pousando a mão esquerda em uma cadeira, representando a Republica, elevada com a dextra o artista, representado pela figura d’um homem, seguiran-se-lhe outros com o busto de Tira-Dentes, e os demais representando as armas do Brazil, o progresso, o trabalho etc (IDEM).

E mais,

N’uma padiola enfeitada de flores e escudentes com bandeiras, o menino Genézio Castro, ricamente vestido de índio tinha escripto em letras d’ouro n’uma faixa larga e verde as palavras – Estados Unidos do Brazil-, os quaes representava.

Ao passar a passeata junto a casa do Sr. Lagoia Alves, o Sr. tenente – coronel Diniz Botelho (...) a saudou vivamente entusiasmado, dando vivas a classe artística, ao progresso, a republica e aos beneméritos da pátria (...)

Havendo percorrido quase todas as ruas da Villa, esplendidamente embandeiradas e iluminadas, o grande préstito voltou a intendência, onde após muitos vivas entusiasticos e calorosos, dados pelo Menino Genézio e por um gigantesco aeróstato, semeando de inscrições patrióticas, pôz termo á festa, elevando-se rápido as alturas, ao som do hynno nacional (IBIDEM).

As referências à classe artística, feitas na matéria jornalística, deve-se ao fato de que nesse mesmo dia, em momento anterior à procissão ocorreu no prédio da intendência

municipal a instalação do “Clube Filial dos Artistas Nacionais Republicanos de Marapanim”. Possivelmente foram os integrantes do dito clube, sujeitos conscientes do papel das artes para a construção do imaginário, os organizadores da procissão, afinal como lembra Farias, o trabalho com a manipulação do imaginário que, por sinal, é atividade muito trabalhosa, envolvia a articulação de discursos construídos a partir de signos que ocupavam lugar da palavra escrita ou lhe serviam de reforço (FARIAS, 2005). Afinal, o campo artístico também funcionava como aparelho privado de hegemonia (GRAMISCI, 1991).

Passemos para a leitura dos símbolos presentes nos trechos acima mencionados, pois eles em muito servem para pensarmos a utilização dos inúmeros símbolos que deveriam representar a união da Nação brasileira em torno do Novo Regime.

Ao contrário das outras vezes, a Marselhesa, que segundo o republicano histórico Manoel Barata, formado sob os cânones da Terceira República Francesa, “(...) constituía-se no cântico sintético de todas as liberdades (...)” (COELHO, 2002: 31), ou seja, era mais que o hino da França, era um hino revolucionário, que cedeu lugar naquele momento ao Hino Nacional; possivelmente porque despertava maior entusiasmo entre os populares que já o conheciam. Pois a batalha em torno desse símbolo nacional forjado durante o período monárquico, como alude Carvalho, “(...) significou uma vitória da tradição, pode-se dizer uma vitória popular, talvez a única intervenção vitoriosa do povo na implantação do novo regime” (CARVALHO, 2007: 122). Outro símbolo que nos lembra o Brasil monárquico, que se fez presente naquele memorável “15 de Novembro de 1890”, em Marapanim, foi o uso da alegoria indígena que através de um menino personificou a Nação brasileira, isto é, a República dos Estados Unidos do Brasil, e não mais uma monarquia constitucional. O próprio D. Pedro II foi representado diversas vezes como um chefe indígena, símbolo da nação (CARVALHO, 2012: 23).

Contrastando com esses símbolos herdados por vezes do império, os membros do clube dos artistas nacionais republicanos de Marapanim foram buscar na figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira, um elemento que, após longas discussões, inclusive com monarquistas, veio servir não somente como um herói republicano, mas acima de tudo como um herói nacional. Isso porque dentro da perspectiva positivista, Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano, mas sim como herói cívico-

religioso, como um mártir integrador, portador de imagem do povo inteiro, “(...) que ligava as três principais transformações político-sociais mais importantes vivenciadas no Brasil durante o século XIX: a Independência, a Abolição, e a República (...)” (CARVALHO, 2007: 70). Nesse sentido, qual é o símbolo agregador da ideia de República, já que alegoria de Tiradentes, dentro dessa miscelânea de símbolos não representava na integridade o regime republicano, como seria natural pensar, pois o mesmo participou de um projeto conspirador contra a metrópole portuguesa, no qual se intentava constituir uma República que deveria na época atingir grande parte da atual região sudeste do Brasil? A própria nota nos dá a resposta, acerca do símbolo máximo que nos transmite a ideia de república presente na cena: “(...) a figura d’uma mulher, (...) representando a Republica (...)” (A REPÚBLICA. 17/12/1890: 01).

A personificação do regime republicano através da alegoria feminina denominada Marianne fora largamente difundida na França após a Revolução, principalmente durante a Segunda (1848-1852) e a Terceira República Francesa (1870-1940). Mas, antes de conseguir elevar-se, a mesma teve que travar acirrada disputa com outros símbolos, que por sua vez representavam os vários segmentos sociais, e suas aspirações, e em momentos diferentes no processo revolucionário. Como lembra Hunt: “Depois de gerações de controvérsias, em torno da república e, em consequência, de seu emblema, Marianne, a alegoria cívica feminina, não só foi aceita, mas também amplamente difundida na França (...)” (HUNT, 2007: 121). Porém, cabe salientar, que o costume de representar a República, através da alegoria feminina não é oriundo da França, mas sim da tradição grego-romana, que muito inspirou os revolucionários franceses em sua busca por uma tradição republicana. Logo, é “internacional”.

Nesse sentido, a figura feminina, isto é, Marianne, representada no desfile cívico marapaniense de 1890, assim como a execução da Marselhesa, no momento da adesão em 19 de novembro de 1889, devem ser tomadas como uma referência direta ao regime republicano como a forma de governo pensada para o Brasil, pois, segundo Laffer, “(...) até o século XIX, república, como forma de governo, contrapõe-se à monarquia, e foi assim que em nosso país, no século passado (XIX), a propaganda republicana contestou a legitimidade do poder em uma só pessoa (...)”, (LAFFER, 1989: 214). Logo, não por acaso a alegoria feminina ocupa a proa do préstito, afinal de contas ela reunia sob o patrocínio de seus raios doirados: as Armas

do Brasil, um dos símbolos máximos da nação; o Progresso e o Trabalho, elementos indispensáveis para o engrandecimento de uma nação dentro da perspectiva republicana, essenciais no seu projeto de construção de uma identidade nacional brasileira, pautada no novo regime, exceto o préstito do “menino índio”. Porém, este parece seguir aquele préstito.

A manipulação do imaginário, através do uso das imagens, feita pelos republicanos não se restringiu aos desfiles cívicos. Pois, por mais emblemáticos e atraentes, eles eram fugazes, logo ficariam ou não na memória das testemunhas, que por sua vez contariam ou não àqueles que não presenciaram. Sendo assim, era necessário construir meios mais palpáveis e, acima de tudo, duradouros e carregados de fortes expressões que evocassem sentimentos em favor da nação brasileira, nação republicana. A França, então serviu de inspiração para a elite política marapaniense pensar a ereção de monumentos como forma de propaganda e de pedagogia responsáveis pelo imaginário republicano. Além de demonstrar seu poder e prestígio perante seus pares de legenda, assim como ante seus opositores.

Quando o governador J. Chermont percorreu as localidades do Salgado, em 1890, ao chegar a Marapanim, foi recepcionado pelas principais personagens da política local ligadas ao PRP. Entre os quais o coronel Diniz Botelho, o republicano B. Ferreira, e o capitão Manoel N. Lopes, no prédio que abrigava a Intendência Local. Segundo o repórter, após calorosos discursos, o chefe do governo provisório paraense, “(...) examinou os diversos compartimentos, que não são muitos nem suficientemente espaçosos (...)” (A REPÚBLICA, 17/02/1890: 01) O que soa como forte indicativo de que o mesmo não condizia para abrigar “funções tão nobres” no novo regime. Afinal, novo regime político, novas instalações. No Brasil, a República, como lembra Salgueiro, (SALGUEIRO, 2002: 05), com suas novas funções políticas e administrativas de âmbito nacional e estadual, deu ensejo a uma série de reformas de prédios já existentes e de novas construções, com elementos que lhe evocassem.

Em sua pesquisa sobre Marapanim, A. Conceição (CONCEIÇÃO, 1995: 95) aduz que nenhum outro homem público conseguiu alcançar a projeção política conquistada pelo coronel Diniz Botelho, pois entre seus feitos, está a renúncia, em 1º de dezembro de 1891, de um ano de seus vencimentos para a as obras de construção do novo Paço Municipal, iniciadas em 1890. O que lhe garantiu ser lembrado pelas futuras gerações. Ao pensar dessa forma,

Conceição, personagem da política local e historiador formado conforme os cânones positivistas, não compreende que com esse gesto Botelho procurou se firmar como homem público de projeção ante seus pares na Intendência ou legenda, e seus rivais na política, pois, “(...) os melhoramentos públicos frequentemente resultavam de doações de proprietários que por sua vez faziam uso das verbas públicas em razão de seus interesses pessoais”, (COSTA, 2010: 252). O que é certificado, pois entre os convidados para a cerimônia de inauguração, em 03 de setembro de 1893, estava o governador Lauro Sodré, e comitiva, inclusive repórteres do “A República”. A própria viagem de Sodré ao Salgado intentava aplacar os ânimos ainda elevados; possivelmente pela Revolta de 11 de junho (FERREIRA, 2010: 58-63).

Figura 1: Palácio Municipal de Marapanim.



Fonte: Tiago Barros Ferreira. 2010.
Barros Ferreira. 2010.

Figura 2: Busto de Marianne-detalhe da imagem ao lado- Palácio Municipal de Marapanim



Fonte: Tiago

Acerca do prédio erguido na época em ponto estratégico um jornal local comenta: “Ahi está o Paço municipal quasi acabado, esplendido palacete erguido à Rua da Victória, o qual só por si constitui um padrão de glória aos marapanienses”, (O MARAPANIENSE, 13/01/1893: 01), porque “(...) parece podermos afirmar, eh o primeiro edifício em seu gênero em todo o interior do Estado do Pará, não só pela solidez e elegância de sua construção, como pela propriedade ao fim que é destinado” (IDEM). Tais referências positivas em relação ao prédio não são por acaso, afinal o mesmo é propriedade do intendente D. Botelho. O que certamente não anula o caráter doutrinário em favor do regime republicano, que deveria ser exercido pelo prédio em relação não somente aos transeuntes, mas por todos aqueles que nele entrassem.

O prédio foi construído em estilo eclético (WILFREIED, 1994), característica do republicanismo brasileiro, com predominância das linhas Neo Clássicas; talvez por ser um

prédio construído em um momento de transição política, possui várias referências que nos remetem ao ideário republicano francês. Entre as quais se destaca três barretes frígios, intercalados por duas estrelas, presentes nas janelas frontais, e os leões existentes nas oito janelas da lateral direita do prédio. Encimando o frontispício, encontramos o mais importante dentre todos os símbolos da indumentária republicana francesa: o imponente e maternal busto de Marianne; que por sua vez parece dominar as demais alegorias, inclusive, o único elemento que nos remete diretamente a identidade nacional brasileira: o brasão das armas nacionais.

Tal disposição dos símbolos presente no prédio, percebida de determinados ângulos da praça central, nos leva novamente a intuir que, no projeto pensado pelas elites políticas republicanas para a construção de uma identidade nacional, a nação brasileira, traduzida pelas armas nacionais, somente alcançaria o tão almejado progresso, amplamente difundido pelos positivistas, representado nas duas estrelas, se o Estado brasileiro, exprimido pelos leões, símbolo da força e liderança, guiasse o povo, ou seja, os cidadãos manifestados a partir dos barretes frígios, na construção e no fortalecimento da nacionalidade brasileira dentro do Regime Republicano, personificado no busto de Marianne. Grosso modo, algo que nos sugere pensar que todas as nações devem ter como forma de governo o Regime Republicano.

Tal análise, ganha força ao sabermos que, no alto de todas as paredes internas desse monumento/documento, construído em caráter comunitário, isto é, entre a intendência local e a comunidade, “(...) liam-se as datas mais celebres não só da historia local de Marapanim, como também de nossa historia pátria”, (A REPÚBLICA, 19/09/1893: 02). Tais indícios reforçam ainda a ideia de que como parte integrante da nação brasileira, Marapanim aderiu e apoiava o novo regime representado pelo chefe do executivo estadual, o então governador estado Lauro Sodré, como presidente do ato de inauguração.

Mas nem só de alegorias se fez o desenrolar da cerimônia. Os discursos científicos em favor da causa republicana se fizeram ouvir nas palavras do sacerdote católico, cônego Ulysses Pennafort. Os discursos de Pennafort proferidos naquele momento, que ainda guardava as grandes tensões entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica, vividos desde a proclamação, e que estão reunidos em sua obra “Cenontologia ou ensaio de Ciência e Religião,” instigou Sodré a proferir discurso sobre a situação da Igreja no governo

Republicano. No qual salientou que: “A república não tem ódio nem ressentimentos. Ella quer ver todos os directos equiparados. Não tem repugnância nem ojeriza à religião Catholica como querem fazer comprehender os pharizeus que se dizem republicanos. A república quer a liberdade para todos e para todos a paz”, (A REPÚBLICA, 19/09/1893: 02). Em seguida menciona, que “(...) Elle (o governo da República) tanto ama essa religião que sendo a escolhida pela maioria dos devotos brasileiros, libertou-a da tutela do governo.” (IDEM).

Ao proferir tais palavras, que segundo o repórter: “(...) eram vivas expressões de sua grande alma republicana e saham electrizadas pelos raios de seu amor pela pátria brasileira e forte dedicação pela pátria paraense (...)”, (IBIDEM), Sodré, certamente tentava preparar os ânimos dos presentes na cerimônia, pois o “salão achava-se repleto de senhoras e cavalheiros, enquanto que na rua o povo se acotovelava e apinhava as janelas;” isso porque reconhecia a possibilidade do surgimento de novos distúrbios, possivelmente provocados pela ereção de um conjunto monumental que iria rivalizar com a imponente igreja matriz de Nossa Senhora da Vitória, padroeira local, que assim como a Marianne, com seu olhar materno, que encima o palacete, é de origem francesa. Afinal de contas, na França, Marianne e a Virgem Maria já haviam disputado a atenção do povo que procurava por auxílio; assistência que não mais seria oferecida somente na Igreja. Isso porque além de servir ao Conselho de Intendência, o prédio abrigava as sessões do júri, ou seja, locais de forte poder simbólico, onde as pessoas buscavam confiança e conforto, isto é, esperavam ver seus problemas resolvidos.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como podemos perceber, a criação de uma simbologia que viesse “formar almas e ganhar o coração do povo”, pensada pelas elites políticas para o seu projeto de construção de uma nação pautada nas ideias republicanas, na qual se incluíam símbolos herdados da Revolução Francesa, não se restringiu aos grandes centros urbanos. No que se refere ao Pará, Marapanim é um exemplo no uso de tais práticas. Sobretudo no que concerne a monumentalidade, na qual figura a imagem de Marianne, personificando o novo regime. Pois a mesma não se restringiu a Belém, tampouco veio a ser posta largamente a partir da primeira década do século XX, como supôs Mártires Coelho (COELHO, 2002). Uma vez que o monumento marapaniense é anterior ao encontrado na ampla Praça da República, inaugurado em 1897.

Todavia o esforço em criar afeições entre o povo e o novo regime, pensado pelas elites que inicialmente estavam à frente das instituições republicanas falhou. O que é perceptível quando em 1901, em Marapanim, “Ninguém se apercebeu do 14 de julho, a gloriosa data francesa, que é toda uma epopeia revolucionária cujos benefícios os povos livres estão passando”, (FOLHA DO NORTE, 01/08/1901: 01). Talvez, porque não foram capazes de criar um imaginário popular republicano sólido, uma vez que as pessoas da época conheciam muito mais os símbolos monárquicos, mesclados com o catolicismo, que os ideais presentes na simbologia republicana, no mais a identidade nacional já havia se formado durante a monarquia (CARVALHO, 2012). Ainda assim, ao contrário da França, o povo brasileiro não participou da queda da monarquia, o que certamente não dispensa outras abordagens acerca da temática. Porém, nem todos os esforços das elites locais foram em vão, pois além de tentar perpetuar o regime, tais sujeitos intentavam construir a própria memória em meio às disputas políticas. O coronel D. Botelho constitui-se num exemplo, afinal ele é tido como “benfeitor”, pois a história de seus feitos políticos está nos anais e na memória do povo de Marapanim.

REFERÊNCIAS

----- *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

-----, A vida Política. In: CARVALHO, José Murilo de, *A Construção Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Positiva, 2012.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio: imprensa, poder e política*. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Celso, *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.

COELHO, Geraldo Mártires. *No Coração do Povo: Um monumento á Republica em Belém do Pará -1891-1897*. Belém-PA: Editora Paka-Tatu, 2002.

CONCEIÇÃO. Agripino Almeida, Marapanim - *Reconstituição Histórica Cultural Mística e Chistosa*. Graf norte. Belém-Pa: 1ª edição, 1995.

COSTA. Emília Viotti da, *Da Monarquia a República: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2010.

CRUZ. Ernesto, *Annais do Arquivo Público do Pará*. Belém: Typ. Instituto Lauro Sodré, 1916.

FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói, Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2005.

FERREIRA, Tiago Barros. *Ao Som Predominante da Marselhesa: os Primeiros momentos dos Ideais e da Implantação do Regime republicano em Marapanim- 1886-1903*. Monografia de conclusão de curso. Laboratório de História/UFGPA, 2010.

GRAMSCI. Antonio, *Concepção dialética da História*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JANOTTI. Maria de Lourdes Mônico, *Porque foi esquecida a reação monarquista*. In: Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil. V 2. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989.

LAFER. Celso, *O significado de República*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vol. 02, nº. 04, 1989.

MEIRA Filho. Octavio. *A primeira republica no Pará*. Desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1889. Belém-PA: Falangola, 1981.

PENNAFORT, Raymundo Ulisses. *Cenontologia ou Ensaio de Sciencia e Religião*, Belém: Pa: Typ. e Encad. de Pinto Barbosa e Cia. 1ª edição, 1894.

SALGUEIRO. Valéria, *A arte de construir a nação: pintura de historia na primeira república*. in: revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 30, 2002.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do Velho Intendente*. Belém: Paka – Tatu, 2002.

SIQUEIRA. Carla, *A Imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, nº. 14, 1989.

SOUZA. Iara lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

UM DEMOCRATA. (Dr. Américo Santa Rosa). *Os Sucessos de Junho ou o último motim político do Pará*. Belém: Imprensa de Tavares Cardoso e Cia, 1891.

WILFRIED. Koch. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WINZ. Antonio Pimentel, *A imprensa e a proclamação da República_ o dia seguinte*. In: Anais do Congresso Nacional de História e Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil, vol. 2. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989.

FONTES

Jornal A República-1886 a 1897.

Jornal A Província do Pará-1889

Jornal Diário de Notícias-1890

Jornal Folha do Norte-1901.

Jornal O Democrata-1

Jornal O Marapaniense-1893

Arquivo Público do Estado do Pará. Fundo Executivo. Relatório com o qual o excelentíssimo senhor governador dr. Huet Barcellar Pinto Guedes passou o governo do estado ao dr. Lauro Sodré. Pará: Imprensa do Diário Oficial, 1891.

Imagens

Tiago Barros Ferreira, 2010.

¹ O presente artigo é fruto e parte integrante das pesquisas destinadas a elaboração de minha dissertação de mestrado. O mesmo em sua versão original fora apresentado como requisito para obtenção de conceito na disciplina “Tópicos Temáticos – Nações e Nacionalismos”, ministrada pelo professor doutor Karl Arenz.

² A Região do Salgado Paraense, no período proposto, compreendia uma extensão territorial que começava na cidade de Vigia de Nazaré, e terminava em Viseu, ou seja, incluía São Caetano de Odíveas, Curuçá, Marapanim, Cintra (atual Maracanã), Salinas e Bragança. A proximidade geográfica com a cidade de Belém, além da facilidade de comunicação telegráfica existente, possibilitou que a notícia acerca da proclamação da republica fosse quase que imediatamente disseminada pela Região do Salgado.

³ Carvalho (2007) comenta que o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Nesse sentido, o mesmo autor aduz que no Brasil havia pelo menos três correntes que disputavam a definição de natureza do novo regime: o

liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais

⁴ O jornal “A República” teve duas fases de circulação: uma durante a vigência do Club Republicano Paraense, iniciada em 1886 a 1887 e outra que se inaugura com a transformação do Club em Partido Republicano Paraense que se estende de 1890 a 1897, quando da cisão no PRP, e a conseqüente criação do jornal “O Pará”, e do “A República”, como órgãos ligados ao PRP, e ao Partido Republicano Federal PRF, respectivamente. Na falta de um jornal próprio da agremiação as notas passaram a ser publicadas em jornais da capital paraense. Como, por exemplo, o manifesto lançado no “A Província do Pará”, por ocasião da visita Conde D’eu, príncipe consorte da princesa Isabel, e que fora assinado por Diderot, pseudônimo de Lauro Sodré.

⁵ Os chamados “republicanos históricos” atuaram desde o período que antecedeu a proclamação, ou seja, foram os propagadores dos ideais republicanos que militavam nas agremiações republicanas antes de 15 Novembro de 1889.

⁶ Essa noção de tradição inventada pode ser verificada em HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. São Paulo. Paz e Terra. 2012.

⁷ Ao verificar os arquivos do judiciário em Marapanim, fora encontrado o carimbo com o antigo brasão usado nas correspondências oficiais do município no qual constam as datas “19 de Novembro de 1889” e “15 de Novembro de 1889”.